

TERMOS DE REFERÊNCIA

**Construção da linha de base para o projeto “SEMENTES DA RESILIÊNCIA:
Produção agroecológica e resiliência climática com mulheres em Moçambique”,
SOLPCD/2025/0094, financiado pelo Governo Valenciano.**

ÍNDICE

1.	Objetivos da consultoria	3
2.	Contexto e justificação.....	3
3.	Escopo	9
4.	Duração	9
5.	Objetivos, resultados, indicadores e fontes de verificação do projeto	9
6.	Jogadores-chave.....	16
7.	Metodologia	20
8.	Principais atividades e conteúdo do relatório final	22
9.	Funções do consultor.....	23
10.	Produtos	24
11.	Equipa de coordenação.....	24
12.	Plano de trabalho	25
13.	Prazos de entrega, orçamentos e informações a submeter.	26
14.	Requisitos da equipa de consultoria.....	26
15.	Critérios de avaliação das propostas submetidas	26
16.	Pressupostos básicos e utilização da informação.....	28

1. Objetivos da consultoria

Em geral:

Gere uma linha de base para o projeto que forneça um ponto de referência para a monitorização durante a execução e a avaliação subsequente.

Detalhes específicos:

- ✓ Validar a viabilidade técnica do projeto, através de uma análise dos objetivos e do quadro de resultados do projeto, e de um exame da sequência causal proposta no projeto para os atingir.
- ✓ Validar a exequibilidade da intervenção, através de uma análise prévia da relevância, fiabilidade e utilidade dos indicadores propostos na matriz de planeamento do projeto.
- ✓ Realizar um estudo sistemático que conduza à apresentação, com o máximo nível de detalhe, da situação anterior ao início da intervenção de desenvolvimento, tendo em conta os indicadores e objetivos estabelecidos, com os quais se possam medir os progressos ou efectuar comparações. bem como determinar o ponto de partida dos indicadores de resultado e impacto do projeto, elevando o seu valor inicial através de técnicas específicas de investigação social.
- ✓ Para analisar com precisão a população-alvo do projeto ou intervenção, permitindo a reformulação de forma a alcançar maior relevância, eficácia, eficiência e potencial de sustentabilidade.

2. Contexto e justificação

Moçambique está entre os países com o índice de desenvolvimento humano mais baixo e apresenta elevados níveis de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social. Com uma população de 34,9 milhões de habitantes, predominantemente rural e jovem, o país enfrenta desafios significativos nas áreas da educação, saúde e acesso a serviços básicos. A economia baseia-se principalmente na agricultura familiar, caracterizada por baixa produtividade, acesso limitado ao crédito e assistência técnica restrita.

O país é altamente vulnerável às alterações climáticas e aos desastres naturais, como secas, inundações e ciclones recorrentes (Idai, Kenneth, Freddy e Chido, entre outros), que causaram graves perdas humanas e materiais, especialmente nas províncias de Cabo Delgado e Niassa.

O programa atua nos distritos de Montepuez e Balama (Cabo Delgado) e Marrupa (Niassa), zonas afetadas pela pobreza, insegurança alimentar e acesso limitado a água potável, saneamento, saúde e educação. Em Cabo Delgado, a situação é agravada pelo conflito armado que começou em 2017, o qual levou a deslocamentos em massa, perda de meios de subsistência e deterioração dos serviços básicos.

As mulheres desempenham um papel vital na agricultura, mas enfrentam elevados níveis de analfabetismo, participação limitada em organizações produtivas e casamento precoce. Além disso, a subnutrição infantil, a malária e as doenças diarreicas continuam a ser graves problemas de saúde pública.

Resumo do diagnóstico

O diagnóstico participativo realizado junto dos parceiros do programa identifica um contexto de elevada vulnerabilidade socioeconómica, climática e ambiental nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, onde a intervenção será desenvolvida em seis comunidades rurais dos distritos de Montepuez, Balama e Marrupa.

A população é predominantemente rural, dispersa e tem um acesso limitado a serviços básicos, o que dificulta o desenvolvimento económico e a conectividade. A avaliação revela falta de conhecimento e adoção de práticas de agricultura regenerativa, sistemas agroflorestais e aquacultura, bem como uma governação ambiental frágil e uma crescente degradação dos recursos naturais.

Entre os principais problemas identificados estão o baixo desenvolvimento agrícola, a limitada diversificação produtiva, um mercado agrícola frágil e a desflorestação provocada pela agricultura de subsistência, pela extração de lenha e carvão e pelas queimadas descontroladas. Estes problemas estão em linha com as prioridades nacionais delineadas na Estratégia de Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA) e no Plano Provincial Integrado de Gestão Florestal (2023-2032), que promovem a segurança alimentar, a gestão sustentável dos recursos naturais e a restauração dos ecossistemas.

Em resposta, o programa dá prioridade à introdução de modelos de agricultura regenerativa, ao reforço das capacidades técnicas e económicas das famílias de agricultores, à diversificação dos meios de subsistência, à criação de incentivos para a conservação ambiental e ao estabelecimento de Comitês Comunitários de Gestão dos Recursos Naturais. A incorporação de sistemas agroaquécolas é um elemento inovador, que melhora a segurança alimentar, diversifica o rendimento, promove a economia circular e fortalece a participação das mulheres na produção e na governação ambiental.

De seguida, foram analisados os critérios de impacto e de medição para finalizar o plano de intervenção. Os objetivos finais definidos são os seguintes:

OE1. Melhorar as condições de vida da população rural dos distritos de Montepuez, Balama e Marrupa, implementando sistemas de produção sustentáveis com uma abordagem agroaquécola produtiva e resiliente às alterações climáticas.

OE2. Incentivar a governação ambiental local nos distritos de Montepuez, Balama e Marrupa e nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, bem como o reforço dos conhecimentos e capacidades dos cidadãos e das instituições, com foco no REDD+.

Resumo da justificação para a intervenção

A intervenção justifica-se pela situação de extrema vulnerabilidade enfrentada pelas províncias de Cabo Delgado e Niassa, agravada pela pobreza, conflitos armados, deslocamentos populacionais, insegurança alimentar e degradação ambiental. Apesar da riqueza em recursos naturais, ambas as províncias sofrem uma intensa pressão sobre os seus ecossistemas devido a práticas agrícolas insustentáveis, à dependência da produção de carvão vegetal e à desflorestação — fatores que aumentam a sua vulnerabilidade às alterações climáticas.

A proposta aborda diretamente as necessidades identificadas num diagnóstico participativo realizado junto das comunidades, parceiros locais e instituições públicas, garantindo a sua relevância e coerência com as prioridades territoriais.

O diagnóstico identifica quatro problemas principais:

Problema 1. Capacidades locais limitadas para o desenvolvimento da produção sustentável:

1. Ausência de modelos de agricultura regenerativa nas comunidades
- 2.º Inclusão limitada das necessidades das mulheres na produção agrícola.
3. Capacidades técnicas e económicas limitadas para a produção agrícola.
4. Utilização limitada de tecnologias e técnicas inovadoras de produção e irrigação.

Problema 2. Diversificação limitada do rendimento relacionada com a atividade agrícola.

1. Elevada dependência de algumas poucas culturas vulneráveis.
2. Baixo valor acrescentado da produção agrícola
- 3.º Acesso limitado à formação em diferentes atividades económicas adaptadas ao contexto.
- 4.º Falta de tempo para o empreendedorismo por parte das mulheres.

Problema 3. Governação ambiental frágil na gestão dos recursos naturais e nos planos distritais para reduzir as alterações climáticas.

1. Número insuficiente de comissões de gestão dos recursos naturais
- 2.º Elevado grau de utilização da terra e dos recursos naturais.
- 3.º Falta de políticas eficazes para a conservação dos recursos naturais.
4. Ausência de mecanismos de compensação e de incentivos à compensação

Problema 4. Baixa capacidade do mercado agrícola para promover modelos de negócio sustentáveis.

1. Disponibilidade e acesso limitados a mercados agrícolas sustentáveis para os agricultores locais.
- 2.º Opções de comercialização limitadas e instáveis no mercado agrícola.
- 3.º Falta de estruturas institucionais sólidas para apoiar o desenvolvimento agrícola.
4. Falta de infraestruturas adequadas para facilitar a comercialização dos produtos agrícolas.

Em resposta, a intervenção prioriza o reforço das capacidades produtivas, a introdução de modelos agrícolas regenerativos e inovadores, a diversificação dos meios de subsistência, o reforço da governação ambiental e a melhoria do funcionamento do mercado agrícola. A seleção destas linhas de ação baseou-se numa análise de alternativas que avaliou o seu impacto, sustentabilidade, capacidade institucional, duração e relação custo-benefício, com o objetivo de gerar melhorias duradouras nas condições de vida e na resiliência das comunidades beneficiárias.

A proposta combina ações para o desenvolvimento agrícola sustentável, capacitação, diversificação dos meios de subsistência e melhoria da governação ambiental,

promovendo, ao mesmo tempo, a participação da comunidade na gestão dos recursos naturais e no desenvolvimento local.

A intervenção é relevante e exequível porque assenta num diagnóstico participativo e numa compreensão profunda do contexto de Cabo Delgado e do Niassa. A sua abordagem abrangente contempla simultaneamente as dimensões produtiva, ambiental, organizacional e institucional, aumentando as hipóteses de sustentabilidade a longo prazo.

O programa incorpora também as Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como uma alternativa inovadora e sustentável para melhorar a produtividade agrícola e a gestão dos recursos naturais sem depender exclusivamente de grandes investimentos em infraestruturas. O reforço das capacidades locais e o fomento da colaboração entre as administrações públicas, as organizações da sociedade civil e as comunidades promovem a apropriação das ações, a coordenação entre as partes interessadas e a continuidade dos resultados do programa.

Objetivos e resultados esperados.

O Programa CESAL e os Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE) de Montepuez, Balama e Marrupa estão empenhados em “Contribuir para a redução da vulnerabilidade social, económica, ecológica e climática das populações rurais de Montepuez, Balama e Marrupa, através do reforço de um modelo integrado de produção agroaquiícola regenerativa com uma abordagem ecossistêmica e territorial liderada por mulheres agricultoras” (OG), aumentando o rendimento familiar de 60% das famílias beneficiárias (50% chefiadas por mulheres) em 20% através da diversificação da sua produção (IOV.OG.1); e reduzindo as perdas na produção agrícola causadas por secas, inundações ou degradação dos solos em 30% em 60% dos agregados familiares, graças à adoção de práticas regenerativas e de medidas de adaptação climática.

(IOV.OG.2); e a assunção de papéis activos por parte das mulheres participantes no Programa, em 70% dos casos, nas associações comunitárias e nos processos de decisão relativos à gestão dos recursos naturais e produtivos nas suas comunidades (IOV.OG.3). O cumprimento destas metas é comprovado através de fontes de verificação externas e independentes: estudos de base e finais elaborados por especialistas locais, registos de produção e vendas validados pelas ferramentas de monitorização SDAE e Kobo, bem como atas e registos oficiais de associações comunitárias. Estas verificações permitirão a avaliação dos resultados alcançados em relação à linha de base.

O objetivo de alcançar esta meta é abordar o problema geral do “baixo desenvolvimento agrícola, da governação ambiental frágil e do mercado agrícola estagnado em Montepuez, Balama e Marrupa” (ver Anexo: Diagnóstico Participativo/Anexos à Matriz: Árvores de Problemas). O Grupo de Trabalho está totalmente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Segurança Alimentar), ODS 5 (Igualdade de Género), ODS 6 (Gestão Sustentável da Água), ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ODS 8 (Crescimento Económico Inclusivo), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Acção Contra a Mudança Global do Clima), ODS 15 (Vida Terrestre), ODS 16 (Paz e Governação) e ODS 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos). Relativamente aos riscos e ações de mitigação: (ver Anexo

“Anexos à Matriz”, Análise de Riscos).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para abordar os problemas identificados de “Capacidades locais limitadas para o desenvolvimento da produção sustentável” e “Escassez diversificação de rendimentos relacionados com a atividade agrícola” (Ver Anexos: Árvore de Problemas, Árvore de Objetivos, Análise de Alternativas), propomos realizar um trabalho conjunto com as comunidades de Upajo e Nanere (Montepuez), Ntauane e sede de Balama (Balama), Nariho e Nungo (Marrupa), bem como com os Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE), de forma a melhorar as condições de vida da população rural dos Distritos de Montepuez, Balama e Marrupa, através da implementação de sistemas de produção sustentáveis com uma abordagem agro-aquícola, produtiva e resiliente às alterações climáticas (OE1). Este objetivo permitirá, no final do programa, que a produtividade média por hectare nos sistemas agroaquícolas aumente em 30% em comparação com a linha de base (IOV1.OE1), que 40% dos agricultores incorporem pelo menos três práticas regenerativas ligadas à agroecologia, SAF e aquicultura (IOV2.OE1) e que 70% das parcelas de SAF e agroaquicultura apresentem melhorias comprovadas na fertilidade e estrutura do solo (IOV3.OE1).

O Objetivo 1 está alinhado com os ODS 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15, no que diz respeito à fome zero, à igualdade de género na produção agrícola, ao acesso sustentável à água e à energia, ao crescimento económico inclusivo, à produção sustentável e à acção climática. Para alcançar estes avanços, está prevista a implementação de quatro resultados:

R1.OE1.Sistemas agroaquícolas totalmente operacionais implementados em 6 comunidades, com gestão integrada do solo, da água e da biodiversidade, e capacidades locais consolidadas para a sua manutenção e replicação.

Através da implementação de sistemas integrados de agrofloretação e aquicultura (A1.R1.OE1), de processos de formação teórica e prática para os agricultores (A2.R1.OE1) e do fornecimento de insumos iniciais (A3.R1.OE1), espera-se que as 6 comunidades tenham 6 hectares de terra irrigável com sistemas agroaquícolas (IOV1.R1.OE1), que 77 mulheres, 68 homens e 45 estudantes sejam formados em gestão sustentável (IOV2.R1.OE1) e que 80% dos beneficiários diversifiquem os seus rendimentos através da aquicultura (IOV3.R1.OE1).

R2.OE1.Soluções em água, energias renováveis e reutilização aplicadas para melhorar a eficiência hídrica e energética dos sistemas agro-aquícolas e a prática de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) para a conservação do solo e dos aquíferos, bem como a redução de custos, do impacto ambiental e dos riscos climáticos locais.

Através da instalação de sistemas de bombagem de água solar (A1.R2.OE1), da reutilização de efluentes da aquicultura para a rega de sistemas agrofloretais (A2.R2.OE1) e da formação em Soluções Baseadas na Natureza (SbN) para a conservação do solo e do aquífero (A3.R2.OE1), será garantida uma capacidade de rega de 10.000 L/h em cada sistema (IOV1.R2.OE1), utilização de efluentes será incorporada em 6 sistemas agrofloretais (IOV2.R2.OE1) e 181 pessoas (52% mulheres) irão reforçar o seu conhecimento sobre a SbN (IOV3.R2.OE1).

R3.OE1. Fortalecimento das capacidades de transformação e comercialização, promoção de empreendimentos agroalimentares liderados por mulheres, práticas de valor acrescentado (conservação, pós-colheita, processamento) e acesso a feiras/mercados, para melhorar os rendimentos, reduzir as perdas e revitalizar as cadeias locais com foco na equidade.

Através de formação em pós-colheita e processamento de peixe e produtos hortícolas (A1.R3.OE1), apoio técnico e financeiro a microempresas (A2.R3.OE1) e participação em feiras agrícolas (A3.R3.OE1), 120 pessoas ($\geq 60\%$ mulheres) serão formadas em processamento e comercialização (IOV1.R3.OE1), 10 microempresas lideradas por mulheres receberão apoio (IOV2.R3.OE1) e serão realizadas 6 feiras agrícolas com acordos de comercialização (IOV3.R3.OE1).

Para abordar os problemas relacionados com a “Governança ambiental frágil na gestão dos recursos naturais e nos planos distritais para reduzir as alterações climáticas” (ver anexos: Árvore de Problemas, Árvore de Objetivos, Matriz de Actores), pretende-se promover a governança ambiental local nos distritos de Montepuez, Balama e Marrupa e nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e reforçar o conhecimento e as capacidades dos cidadãos e das instituições, com enfoque no REDD+ (OE2).

Este objetivo permitirá a 111 jovens, 18 técnicos e 6 líderes comunitários melhorar as suas capacidades em agroecologia/REDD+ e planeamento sustentável até ao final do programa, estabelecendo 5 Comitês de Gestão Florestal (COFAR) (IOV1.OE2); que os 3 governos distritais incorporem mecanismos participativos de governança florestal nos seus planos anuais (IOV2.OE2); e que a área florestal nas áreas de intervenção (30 ha) aumente 30% em relação ao valor inicial (IOV3.OE2). O OE2 está alinhado com os ODS 5, 13, 15, 16 e 17, relacionados com a igualdade de género, a ação climática, a proteção dos ecossistemas terrestres, a governança inclusiva e a cooperação interinstitucional. Para alcançar estes objetivos, está prevista a implementação de quatro resultados:

R1.OE2. A sociedade civil e as instituições públicas reforçadas na promoção da abordagem baseada nos direitos, na igualdade de género e na resolução de conflitos para a gestão sustentável dos territórios.

Através de programas de literacia funcional (A1.R1.OE2), ciclos de formação sobre género, direitos e liderança (A2.R1.OE2), apoio a associações comunitárias (A3.R1.OE2) e promoção da liderança feminina em OSC ambientais (A4.R1.OE2), 300 pessoas (160 mulheres e 140 homens) serão formadas em literacia básica (IOV1.R1.OE2), 36 profissionais distritais, 6 líderes comunitários e 150 agricultores irão reforçar as suas capacidades em matéria de género e direitos (IOV2.R1.OE2) e será alcançada uma presença de 40% de mulheres em posições de liderança nas OSC ambientais (IOV3.R1.OE2).

R2.OE2. Os alunos melhoram as suas competências em agroecologia, SAF (Agricultura Sustentável e Florestal), aquacultura e adaptação climática graças à colaboração com institutos, estágios de campo e coordenação com a SDAE (Agência Sueca de Desenvolvimento Agrícola), SDPI (Agência Sueca de Desenvolvimento de Políticas Públicas) e SDJET (Agência Sueca de Desenvolvimento de Políticas Públicas) e adaptação climática.

Através de acordos com o Instituto Técnico de Balama e o Instituto Industrial de Montepuez (A1.R2.OE2), serão realizadas práticas de formação no terreno (A2.R2.OE2) e um programa

de estágios rurais (A3.R2.OE2). Isto permitirá a formalização de 2 acordos ativos (IOV1.R2.OE2) e possibilitará a 45 estudantes realizar estágios e melhorar os seus conhecimentos em sistemas agroaquícolas (IOV2.R2.OE2).

R3.OE2.Articulação institucional e comunitária reforçada através de mesas redondas multissetoriais ativas, formação em REDD+ e incorporação de medidas de gestão sustentável nos planos distritais, consolidando mecanismos de diálogo, transparência e corresponsabilidade territorial.

Através da criação de comités multissetoriais REDD+ (A1.R3.OE2), formação na abordagem REDD+ e planeamento sustentável (A2.R3.OE2) e reforço da participação do SDAE/SDPI nos planos distritais (A3.R3.OE2), prevê-se que sejam criados e estejam em funcionamento 3 comités multissetoriais REDD+ (IOV1.R3.OE2), que 111 jovens, 18 técnicos e 6 líderes comunitários recebam formação em REDD+ (IOV2.R3.OE2) e que as medidas de REDD+ e de gestão sustentável sejam incorporadas nos 3 planos distritais (IOV3.R3.OE2).

R4.OE2.Modelo de governação ambiental comunitária com abordagem REDD+ em funcionamento em áreas prioritárias, com restauro de 30 hectares com espécies nativas, comités comunitários estabelecidos e mecanismos de compensação ambiental implementados para garantir a sustentabilidade e os benefícios locais.

Através da reflorestação participativa de 30 hectares com espécies nativas (A1.R4.OE2), da criação e formalização de Comités Florestais Comunitários (COFARs) (A2.R4.OE2) e da implementação de mecanismos de compensação ambiental (A3.R4.OE2), os 30 hectares degradados serão restaurados e monitorizados pela comunidade (IOV1.R4.OE2), e cinco mecanismos operacionais de compensação ambiental, como a apicultura ou a criação de aves, serão estabelecidos e geridos pelos COFARs (IOV2.R4.OE2).

3. Escopo

A consultoria será realizada nos distritos de Cabo Delgado e Niassa:

Província	Distrito	Comunidades de Intervenção
Cabo Delgado	Montepuez	Upajo, Nannere
Cabo Delgado	Balama	Tauane, Instituto Agrícola de Balama
Niassa	Marrupa	Nungo

4. Duração

2 meses desde o dia 25 de agosto de 2026, até o dia 25 de outubro de 2026 data em que será entregue a linha de base.

5. Objetivos, resultados, indicadores e fontes de verificação do projeto

Deve ser realizada uma análise minuciosa da matriz de objetivos, resultados, indicadores e fontes de verificação para verificar o seu desenho e coerência:

OBJETIVO GERAL	INDICADORES	FONTES DE VERIFICAÇÃO
OG. Contribuir para a redução da vulnerabilidade social, económica, ecológica e climática das populações rurais de Montepuez, Balama e Marrupa, através do reforço de um modelo integrado de produção agroaquécola regenerativa com uma abordagem ecossistémica e territorial, liderado por mulheres agricultoras. ODS 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 17.	IOV1.OG. No final do Programa, 60% das famílias beneficiárias (50% chefiadas por mulheres) aumentarão o seu rendimento familiar em 20% e diversificarão a sua produção agrícola para autoconsumo e para o mercado local. ODS 1, Meta 1.2; ODS 2, Meta 2.3; ODS 5, Meta 5.5; ODS 6, Meta 6.4; ODS 7, Meta 7.2; ODS 8, Meta 8.5; ODS 12, Meta 12.2; ODS 13, Meta 13.1; ODS 15, Meta 15.1; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.16. IOV2.OGNo final do Programa, 60% das famílias beneficiárias reduzirão em 30% as perdas na produção agrícola causadas por secas, inundações ou degradação dos solos graças à adoção de práticas regenerativas e de medidas de adaptação climática. ODS 1, Meta 1.5; ODS 2, Meta 2.4; ODS 13, Meta 13.1; ODS 15, Meta 15.5. IOV3.OG.No final do Programa, 70% das mulheres participantes assumem papéis de liderança ativa nas associações comunitárias e nos processos de decisão relativos à gestão dos recursos naturais e produtivos nas suas comunidades. ODS 1, Meta 1.5; ODS 2, Meta 2.4; ODS 5, Meta 5.5; ODS 6, Meta 6.5; ODS 8, Meta 8.4; ODS 12, Meta 12.6; ODS 13, Meta 13.2; ODS 15, Meta 15.2; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.16.	FV1.IOV1.OG. Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV1.OG. Registos de produção e vendas dos agricultores na ferramenta MyE Kobo, validados pelo SDAE (Serviço Distrital de Atividades Económicas) e pela equipa técnica do programa. FV1.IOV2.OG.Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV2.OG.Registos de perdas na ferramenta MyE Kobo e validados por SDAEs. FV1.IOV3.OG.Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV3.OG.Atas e registos oficiais de associações comunitárias e comités de gestão de recursos florestais.
OBJETIVO ESPECÍFICO	INDICADOR	FONTE DE VERIFICAÇÃO

OE1.Melhorar as condições de vida da população rural dos distritos de Montepuez, Balama e Marrupa, implementando sistemas de produção sustentáveis com uma abordagem agro-aquícola produtiva e resiliente às alterações climáticas. ODS 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15.	IOV1.OE1.No final do Programa, a produtividade média por hectare nos sistemas agroaúcolas implementados aumenta 30% em relação à linha de base, garantindo uma maior disponibilidade de alimentos para autoconsumo e para o mercado.ODS 2, Objetivo 2.3, 2.4; ODS 12, Meta 12.2; ODS 8, Meta 8.4.	FV1.IOV1.OE1.Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV1.OE1.Registos de produção, vendas e autoconsumo dos agricultores na ferramenta MyE Kobo, validados pelo SDAE. (Serviço Distrital de Atividades Económicas) e equipa técnica do programa.
	IOV2.OE1.No final do Programa, 40% dos agricultores formados incorporarão nos seus sistemas de produção três ou mais práticas regenerativas ligadas à agroecologia, aos sistemas agroflorestais e à aquacultura. ODS 13, Meta 13.2; ODS 5, Meta 5.5; ODS 15, Meta 15.1.	FV1.IOV2.OE1.Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV2.OE1.Relatório técnico da equipa do programa validado pelo Serviço Distrital de Atividades Económicas (SDAE).
	IOV3.OE1.No final do Programa, 70% das parcelas de agrofloresta e aquacultura apresentaram uma melhoria comprovada na fertilidade e estrutura do solo, com um aumento da matéria orgânica e uma redução da erosão em comparação com a linha de base. ODS 15, Meta 15.1, 15.2; ODS 13, Meta 13.2; ODS 2, Meta 2.4.	FV1.IOV3.OE1.Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV3.OE1.Relatório de fertilidade elaborado por uma empresa externa especializada.
OE2Promover a governação ambiental local nos distritos de Montepuez, Balama e Marrupa, e nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e reforçar o conhecimento e as capacidades dos cidadãos e das instituições, com foco no REDD+. ODS 5, ODS 13, ODS 15, ODS 16, ODS 17.	IOV1.OE2No final do Programa, 111 jovens, 18 técnicos e 6 líderes comunitários melhoraram as suas competências em agroecologia/REDD+ e planeamento sustentável, e criaram 5 Comitês de Gestão de Recursos Florestais (COFAR). ODS 5, Meta 5.5; ODS 13, Meta 13.3; ODS 15, Meta 15.1; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.16.	FV1.IOV1.OE2.Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV2.IOV1.OE2.Questionários de avaliação pós-formação. FV3.IOV1.OE2.Registos oficiais do COFAR junto da autoridade competente.

	IOV2.OE2.No final do Programa, os 3 governos distritais (Montepuez, Balama e Marrupa) incorporam mecanismos de governação florestal participativa nos seus planos anuais.ODS 13, Meta 13.2; ODS 15, Meta 15.9; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.7.	FV1.IOV2.OE2.Planos de atividades anuais dos Distritos. FV2.IOV2.OE2.Ata das sessões de planeamento distrital.
	IOV3.OE2.No final do Programa, a área florestal das áreas de intervenção (30 ha) aumenta 30% em relação à linha de base.ODS 13, Meta 13.1; ODS 15, Metas 15.1, 15.2, 15.3.	FV1.IOV3.OE2.Relatórios de verificação no terreno validados pela SDPI. FV2.IOV3.OE2.Registo fotográfico e por satélite.
RESULTADOS	INDICADOR	FONTE DE VERIFICAÇÃO
R1.OE1.Sistemas agroaquécolas totalmente operacionais implementados em 6 comunidades, com gestão integrada do solo, da água e da biodiversidade, e capacidades locais consolidadas para a sua manutenção e replicação. ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 8, ODS 12, ODS 13, ODS 15.	IOV1.R1.OE1.No final do Programa, as 6 comunidades (2 por distrito) terão 6 hectares de terreno irrigável com Sistemas de Agro-Aquacultura. ODS 1, Meta 1.5; ODS 2, Meta 2.4; ODS 5, Meta 5. A; ODS 8, Meta 8.2; ODS 12, Meta 12.2; ODS 13, Meta 13.3; ODS 15, Meta 15.1.	FV1.IOV1.R1.OE1.Relatórios de atividades agrícolas validados pelo SDAE. FV2.IOV1.R1.OE1.Registo fotográfico. FV3.IOV2.R1.OE1.Validação do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca e Aquicultura. IDEPA
	IOV2.R1.OE1.No final do programa, 77 mulheres, 68 homens e 45 estudantes foram formados na gestão de sistemas agroaquécolas sustentáveis e resilientes. ODS 5 Metas 5.5 e 5.1; ODS 8 Meta 8.1; ODS 12 Meta 12.2; ODS 13 Meta 13.3.	FV1.IOV2.R1.OE1.Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV2.IOV2.R1.OE1.Relatório elaborado pelos SDAEs.

	IOV3.R1.OE1. No final do Programa, 80% dos beneficiários diversificaram as suas fontes de rendimento, incluindo a aquacultura. ODS 1, Meta 1.2, 1.4; ODS 2, Meta 2.3,2; ODS 5, Meta 5a; ODS 8, Meta 8.3, 8.5; ODS 12, Meta 12.2.	FV1.IOV3.R1.OE1. Linha de base e linha final traçadas por um especialista local. FV2.IOV3.R1.OE1. Registos de produção e vendas dos agricultores na ferramenta MyE Kobo, validados pelo SDAE (Serviço Distrital de Atividades Económicas) e pela equipa técnica do programa.
R2.OE1. Soluções em água, energias renováveis e reutilização aplicadas para melhorar a eficiência hídrica e energética dos sistemas agro-aquícolas e a prática de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) para a conservação do solo e dos aquíferos, bem como a redução de custos, do impacto ambiental e dos riscos climáticos locais. ODS 2, ODS 4, ODS 5, ODS 6, ODS 12, ODS 13, ODS 15.	IOV1.R2.OE1. Capacidade de rega por energia solar garantida de 10m³/h (10.000L/hora) em cada sistema de aquacultura, após a instalação. ODS 2, Meta 2.3, 2.4; ODS 6, Meta 6.4, 6.6; ODS 7, Meta 7.2; ODS 12, Meta 12.2; ODS 13, Meta 13.1. IOV2.R2.OE1 No final do Programa, 6 Sistemas Agroflorestais incorporam a reutilização de efluentes da aquacultura, com parâmetros de qualidade da água registados e dentro dos limites estabelecidos para o uso agrícola. ODS 2, Meta 2.4; ODS 6, Meta 6.4; ODS 12, Meta 12.2; ODS 13, Meta 13.1. IOV3.R2.OE1 No final do Programa, 77 mulheres, 68 homens e 36 profissionais dos Serviços Distritais, pertencentes às 6 comunidades de intervenção e aos respetivos Serviços Distritais, melhoraram os seus conhecimentos na implementação de Soluções Baseadas na Natureza (por exemplo, trincheiras de infiltração, barreiras vivas, culturas de cobertura). ODS 4, Meta 4.4; ODS 5, Meta 5.5; ODS 13, Meta 13.3; ODS 15, Meta 15.3.	FV1.IOV1.R2.OE1. Especificações do fornecedor/fabricante para os sistemas. FV2.IOV1.R2.OE1. Minutos para entrega e instalação. FV3.IOV1.R2.OE1. Fotografias dos sistemas. FV1.IOV2.R2.OE1. Relatório técnico validado por SDAEs. FV2.IOV2.R2.OE1. Registo fotográfico. FV1.IOV3.R2.OE1. Linha de base e linha final traçadas por um especialista local.
R3.OE1. Fortalecimento das capacidades de transformação e comercialização, promoção de empreendimentos agroalimentares liderados por mulheres, práticas de valor acrescentado (conservação, pós-colheita, processamento) e acesso a feiras/mercados, para	IOV1.R3.OE1. A meio do programa, 40 pessoas por distrito (total de 120, sendo ≥60% mulheres) serão formadas em transformação, conservação e marketing. ODS 4, Meta 4.4; ODS 5, Meta 5.5, Meta 5.6; ODS 8, Meta 8.3, Meta 8.5; ODS 12, Meta 12.3.	FV1.IOV1.R3.OE1. Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV2.IOV1.R3.OE1. Questionários de avaliação pós-formação.

melhorar os rendimentos, reduzir as perdas e revitalizar as cadeias locais com foco na equidade. ODS 2, ODS 5, ODS 8, ODS 12.	IOV2.R3.OE1.No final do Programa, 10 microempresas lideradas por mulheres receberam apoio com planos de negócios básicos e registos de vendas. ODS 2, Meta 2.4; ODS 5, Meta 5. A; ODS 8, Meta 8.3; ODS 12, Meta 12.6.	FV1.IOV2.R3.OE1.Planos de negócio. FV2.IOV2.R3.OE1.Registos de vendas registados pela equipa técnica na ferramenta KOBO MyE e validados pela SDAE.
	IOV3.R3.OE1.No final do Programa, os participantes participam em 6 feiras agroaúcolas (2 por distrito), sendo oferecida 20% da produção disponível, gerando acordos/compras.ODS 2, Meta 2.3, Meta 2.4; ODS 5, Meta 5. a; ODS 8, Meta 8.3, Meta 8.5; ODS 12, Meta 12.2, Meta 12.3.	FV1.IOV3.R3.OE1.Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV2.IOV3.R3.OE1.Registo fotográfico.
R1.OE2.A sociedade civil e as instituições públicas reforçadas na promoção da abordagem baseada nos direitos, na igualdade de género e na resolução de conflitos para a gestão sustentável dos territórios.ODS 4, ODS 5, ODS 10, ODS 16.	IOV1.R1.OE2.No final do programa, 300 pessoas (160 homens e 140 mulheres) receberam formação em alfabetização básica.ODS 4, Meta 4.6; ODS 5, Meta 5.1; ODS 10, Meta 10.2.	FV1.IOV1.R1.OE2.Conteúdo curricular validado e ministrado pelo Serviço Distrital de Juventude, Educação e Tecnologia (SDJET). FV2.IOV1.R1.OE2.Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV3.IOV1.R1.OE2.Registo fotográfico.
	IOV2.R1.OE2.No final do Programa, 36 profissionais dos diferentes Serviços Distritais, 6 líderes comunitários nos distritos de acção e 150 agricultores melhoram as suas capacidades em matéria de género, abordagem dos direitos humanos e resolução de conflitos.ODS 4, Meta 4.4; ODS 5, Meta 5.1, Meta 5.5; ODS 10, Meta 10.2; ODS 16, Meta 16.7.	FV1.IOV2.R1.OE2.Conteúdo curricular dos cursos. FV2.IOV2.R1.OE2.Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV3.IOV2.R1.OE2.Registo fotográfico.
	IOV3.R1.OE2.No final do Programa, 40% dos cargos de chefia em organizações da sociedade civil relacionadas com a gestão ambiental são ocupados por mulheres. ODS 5, Meta 5.5; ODS 10, Meta 10.2; ODS 16, Meta 16.7.	FV1.IOV3.R1.OE2.Registos de membros de organizações da sociedade civil. FV2.IOV3.R1.OE2.Atas de Organizações da Sociedade Civil.

R2.OE2. Os alunos melhoram as suas competências em agroecologia, agroflorestação, aquacultura e adaptação climática através da colaboração com institutos, estágios de campo e coordenação com a SDAE, SDPI e SDJET. ODS 4, 5, 8 e 15.	IOV1.R2.OE2 Foram formalizados dois acordos assinados e em vigor com institutos para estágios de formação prática no final do Programa. ODS 4, Meta 4.4; ODS 8, Meta 8.6.	FV1.IOV1.R2.OE2. Acordos assinados.
	IOV2.R2.OE2 45 estudantes em estágio ou com estágio concluído aperfeiçoam os seus conhecimentos nas áreas da agroaquacultura. ODS 4, Meta 4.4; ODS 5, Meta 5.5; ODS 8, Meta 8.6.	FV1.IOV2.R2.OE2. Relatórios de monitorização técnica validados pelos Institutos. FV2.IOV2.R2.OE2. Listas de presenças assinadas, discriminadas por sexo. FV3.IOV2.R2.OE2. Registo fotográfico.
R3.OE2. Reforço da coordenação institucional e comunitária através de fóruns multissetoriais ativos, formação em REDD+ e integração de medidas de gestão sustentável nos planos distritais, consolidando mecanismos de diálogo, transparência e corresponsabilidade territorial. ODS 4, 5, 13, 15, 16 e 17.	IOV1.R3.OE2 No final do Programa, foram estabelecidos três grupos de trabalho REDD+ multissetoriais com a participação da SDAE, SDPI, SDJET, líderes comunitários e sociedade civil, e estão a funcionar com atas de reuniões regulares e acordos operacionais. ODS 13, Meta 13.2; ODS 15, Meta 15.2, Meta 15.9; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.17.	FV1.IOV1.R3.OE2. Atas e acordos. FV2.IOV1.R3.OE2. Registo fotográfico.
	IOV2.R3.OE2 Formação em abordagem REDD+ e planeamento sustentável ministrada a 111 jovens, 18 técnicos e 6 líderes comunitários que farão parte dos grupos de trabalho multissetoriais REDD+. ODS 4, Meta 4.4; ODS 5, Meta 5.5; ODS 13, Meta 13.3; ODS 15, Meta 15.2.	FV1.IOV2.R3.OE2 Listas de presenças assinadas e discriminadas por sexo. FV2.IOV2.R3.OE2 Registo fotográfico.
	IOV3.R3.OE2 As medidas REDD+ e de gestão sustentável com uma abordagem às alterações climáticas estão incorporadas em 3 planos distritais com a participação da SDAE/SDPI. ODS 13, Meta 13.2; ODS 15, Meta 15.9; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.14.	FV1.IOV3.R2.OE2. Relatórios dos Serviços Distritais.

R4.OE2.Modelo de governança ambiental comunitária com abordagem REDD+ em áreas prioritárias, com a restauração de 30 hectares com recurso a espécies nativas, comitês comunitários estabelecidos e mecanismos de compensação implementados para garantir a sustentabilidade e os benefícios locais. ODS 1, ODS 5, ODS 8, ODS 13, ODS 15, ODS 17.	IOV1.R4.OE2.No final do Programa, são restaurados 30 hectares de floresta degradada pelo uso intensivo e pela produção de carvão vegetal com árvores autóctones e cuidados pós-sementeira, com planeamento e monitorização comunitária. ODS 13, Meta 13.1; ODS 15, Meta 15.1, Meta 15.2, Meta 15.3.	FV1.IOV1.R4.OE2.Relatórios de reflorestação validados pelo SDPI. FV2.IOV1.R4.OE2.Registo fotográfico e por satélite.
	IOV2.R4.OE2.No final do Programa, foram criados e colocados em funcionamento 5 mecanismos de compensação ambiental (por exemplo, apicultura, viveiros), com regras e partilha de lucros, e geridos pela COFAR.ODS 1, Meta 1.4; ODS 5, Meta 5. a; ODS 8, Meta 8.3; ODS 13, Meta 13.1; ODS 15, Meta 15.2; ODS 16, Meta 16.7; ODS 17, Meta 17.17.	FV1.IOV2.R4.OE2.Planos de negócio. FV2.IOV2.R4.OE2.Relatório de atividades económicas validado pelo SDAE.

6. Jogadores-chave

Os grupos, instituições ou agentes privados relevantes são listados e detalhados de acordo com o seu envolvimento e importância para a realização dos objetivos do Projeto.

Detentores de títulos (BO):

SDAE – (Parceiro Local)Os Serviços de Atividades Económicas Distritais são entidades governamentais responsáveis pela agricultura, pecuária e desenvolvimento económico local em cada distrito. A sua capacidade técnica e legitimidade institucional permitem-lhes participar em todas as fases do programa: identificação, implementação, monitorização e avaliação. Os seus compromissos e papel no programa incluem: assinatura de acordos específicos, participação activa no Comité de Gestão, Acompanhamento e Avaliação e supervisão da implementação das atividades de desenvolvimento agrícola e económico.

SDEJT - Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia são instituições distritais responsáveis pela promoção da educação, do desenvolvimento da juventude e da formação tecnológica. As suas atribuições e funções incluem a participação em atividades de alfabetização de adultos, a sensibilização para a nutrição, a participação no Conselho Distrital para o Desenvolvimento Sustentável (CDESP) e a coordenação com outras instituições e ONG através de memorandos de entendimento, garantindo a implementação eficaz das atividades de educação e formação tecnológica.

SDPI – Os Serviços de Planeamento e Infraestruturas do Distrito são responsáveis pelo planeamento, implementação e monitorização dos programas de infraestruturas no distrito,

incluindo obras relacionadas com água potável, saneamento, transportes, energia e desenvolvimento urbano. As suas responsabilidades e funções incluem: fornecer supervisão técnica para a criação de tanques de aquacultura e sistemas de irrigação, coordenar com outras partes interessadas locais e garantir a qualidade técnica e a sustentabilidade das infraestruturas.

Governo Distrital – É a autoridade administrativa e política local responsável pela gestão e coordenação de todas as atividades públicas dentro do seu território. Supervisiona a implementação das políticas nacionais e distritais, assegura a prestação de serviços básicos e promove o desenvolvimento.

Responsáveis pela Proteção de Dados (RPD)

CGRN – Os Comitês Comunitários de Gestão dos Recursos Naturais (CNRCs) são estruturas locais responsáveis pela gestão e proteção dos recursos naturais da região. Estes comitês são constituídos por membros da comunidade e participam na tomada de decisões relativas à utilização sustentável dos recursos, à conservação ambiental e ao desenvolvimento económico local. Os seus compromissos e funções incluem: a participação em assembleias comunitárias, a integração no Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CDESP), a elaboração de planos de gestão florestal, a implementação de mecanismos de compensação ambiental e a atuação como elo entre o programa e a comunidade.

UDAMAR – União de Agricultores do Distrito de Marrupa: Uma organização representativa dos agricultores locais. Atua como intermediário entre os agricultores e as instituições públicas, privadas e de cooperação, promovendo a participação dos agricultores nos processos de desenvolvimento local e na gestão dos recursos produtivos. Compromissos e função: Facilitar a organização comunitária, promover práticas agroecológicas e coordenar com as autoridades locais para garantir a implementação eficaz das atividades agrícolas.

Cooperativa Wunwa – Uma cooperativa moçambicana que surgiu do desenvolvimento do protótipo SOLARFLOW. Concentra-se na produção, distribuição e manutenção de sistemas de irrigação e oferece formação técnica aos agricultores e associações, garantindo que os beneficiários podem operar e manter os sistemas. Os seus compromissos e papel incluem: fornecer tecnologias de irrigação, participar no CDESP (Centro para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos de Moçambique) e garantir a implementação técnica de sistemas de irrigação sustentáveis nos campos dos beneficiários.

Instituto Agrário de Balama e Instituto Industrial de Montepuez – Instituições públicas de ensino técnico e profissional vocacionadas para a formação de jovens e adultos em áreas técnicas relacionadas com a agricultura, agroindústria, construção civil, mecânica, eletricidade e outras disciplinas exigidas pelo mercado de trabalho. Compromissos e função: Formar os jovens em agricultura e gestão de recursos naturais, integrar o conteúdo programático nos seus currículos e facilitar a transmissão de conhecimentos às novas gerações.

Universidades - A Universidade Lurio (Unilurio) é a principal instituição de ensino superior das províncias de Cabo Delgado e Niassa, em Moçambique. É especializada em áreas como a agricultura, o ambiente e a gestão dos recursos naturais. Compromissos e função: Realizar

estudos e investigação aplicada sobre práticas agrícolas sustentáveis e conservação do solo e da água, participar no CDESP e apoiar o planeamento e a avaliação de intervenções.

Detentores de direitos (RT)

Grupos de produtores - Os distritos de Montepuez (Upajo, Nanere), Balama (Ntauane) e Niassa (Nungo) são associações locais de agricultores, incluindo homens e mulheres. Cultivam principalmente produtos de subsistência. Possuem infraestruturas agrícolas limitadas, acesso desigual a serviços básicos e elevada dependência da agricultura sazonal. Os seus compromissos e papéis incluem a implementação de práticas agroecológicas e de gestão sustentável dos recursos, a participação em formações, a utilização de tecnologias de rega sustentável, o envolvimento em assembleias comunitárias e a contribuição para a sustentabilidade dos resultados do programa.

Finalmente, devido a problemas relacionados com a propriedade da terra do campo identificado em Nariho, a solução adotada foi construir dois campos na comunidade de Nungo.

Os mecanismos de coordenação do programa são concebidos para assegurar o planeamento, a implementação e a sustentabilidade adequados das atividades através de mecanismos claros de governação e participação. Para tal, foram estabelecidos os seguintes pontos:

a) Criação do Comité de Direção, Acompanhamento e Avaliação do Programa, composto pelos Titulares de Obrigações (TOs), Titulares de Responsabilidades (TRs) e representantes dos Titulares de Direitos (TDs). Este comité será responsável por coordenar o planeamento, monitorizar o cumprimento das normas e avaliar continuamente todas as fases do programa. Além disso, serão organizadas assembleias comunitárias, concebidas como espaços de participação direta dos agricultores e dos comités.

a.-Agricultores:

Foram identificados 145 membros como beneficiários diretos, sendo 68 homens (47%) e 77 mulheres (53%), totalizando 730 beneficiários indiretos das famílias vinculadas.

Comunidade	Distrito	Homens	Mulheres	Total	Indireto (agricultura familiar)
Upajo	Montepuez	13	12	25	125
Nanere	Montepuez	8	12	20	100
Ntauane	Balama	9	9	18	90
Instituto Agrário	Balama	9	6	15	75
Nungo 1	Marrupa	17	21	38	218
Nungo 2	Marrupa	12	17	29	200
TOTAL	68	68	77	145	808

b- Jovens em formação técnica:

Participam em formações técnicas ligadas aos sistemas agroecológicos, sendo 45 jovens alunos diretos, 31 homens (68,9%) e 14 mulheres (31,1%), e 90 beneficiários indiretos.

Instituição	Distrito	Homens	Mulheres	Total	Indireto (agricultura familiar)
Instituto Industrial	Montepuez	7	3	10	20
Instituto Agrário	Balama	24	11	35	70
TOTAL		31	14	45	90

c- COFAR (Comités de Agricultores):

Inclui 111 membros diretos: 53 homens (47,7%) e 58 mulheres (52,3%), com 657 beneficiários indiretos (famílias ligadas), garantindo a participação nas decisões da comunidade e na gestão dos recursos.

Comunidade	Distrito	Homens	Mulheres	Total	Indireto (agricultura familiar)
Upajo	Montepuez	9	9	18	90
Nanere	Montepuez	8	12	20	100
Ntauane	Balama	12	13	25	125
Nungo 1	Marrupa	12	12	24	176
Nungo 2	Marrupa	12	12	24	166
TOTAL		53	58	111	657

O Programa inclui ainda a rearborização de 30 hectares distribuídos pelos três distritos (10 hectares por distrito). A atividade é realizada principalmente por membros dos COFAR (Comités Regionais de Silvicultura), no entanto, os beneficiários indiretos abrangem toda a comunidade, incluindo as famílias vizinhas, que beneficiam dos efeitos positivos da reflorestação, como a sombra, a lenha, os frutos, a proteção do solo e a melhoria dos recursos hídricos. Beneficiários da rearborização por distrito:

Distrito	Hectares refloresta dos	Beneficiários diretos (COFAR)	Homens	Mulheres	Beneficiários indiretos (famílias e comunidade)	Total de beneficiários
Montepuez	10	38	17	21	500	538
Balama	10	25	12	13	450	475
Marrupa	10	48	24	24	550	598
TOTAL	30	111	53	58	1.500	1,611

d- Serviços Distritais e Outros Actores Comunitários:

O Programa inclui a participação de funcionários dos Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE), dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e de líderes comunitários locais, garantindo a coordenação institucional e o reforço da governação

local. Em cada distrito são constituídos grupos piloto, compostos por seis pessoas (três homens e três mulheres) do SDAE, seis (três homens e três mulheres) do SDPI e dois líderes comunitários, alcançando um total de 42 beneficiários diretos e 126 beneficiários indiretos. Esta participação garante que as ações do Programa contam com apoio técnico, coordenação institucional e liderança comunitária, contribuindo para a sustentabilidade das intervenções e para a inclusão de uma perspectiva de género.

Comunidade	Distrito	SDAE	SDPI	Líderes	Indireto (agricultura familiar)
Upajo-Nanere	Montepuez	6	6	2	42
Ntauane-IABal	Balama	6	6	2	42
Nungo	Marrupa	6	6	2	42
TOTAL		18	18	6	126

Isto reforça as estruturas de cooperação e apoio técnico a nível distrital, uma vez que os funcionários e dirigentes locais necessitam de formação em metodologias participativas, gestão de projetos e abordagens de género, o que lhes permitirá consolidar o seu papel de aliados estratégicos para a sustentabilidade das ações do programa.

Mulheres alfabetizadas digitalmente:

Este grupo inclui 300 mulheres adultas das comunidades rurais de Montepuez, Balama e Marrupa, que participarão em programas de literacia funcional relacionados com a gestão de recursos e atividades produtivas. A literacia contribuirá para o reforço da sua autonomia, participação comunitária e acesso à formação técnica.

Distrito	Mulheres	Indireto (agricultura familiar)	Total
Montepuez	115	575	690
Balama	95	475	570
Marrupa	90	450	540
TOTAL	300	1500	1800

No total, o programa chega a 643 beneficiários diretos (188 homens e 455 mulheres) e 3.081 beneficiários indiretos, num total de 3.724 pessoas. As mulheres representam 70,8% do total de beneficiários diretos, refletindo uma presença maioritária feminina, facilitada por programas de literacia funcional que reforçam a sua autonomia e liderança comunitária. Além disso, a reflorestação de 30 hectares estende os benefícios para além dos membros dos COFAR (Comités Comunitários de Silvicultura e Desenvolvimento Rural), gerando impactos ambientais e produtivos que atingem toda a comunidade e reforçam a resiliência local às alterações climáticas.

7. Metodologia

A metodologia estipula que a empresa de consultoria fornecerá as ferramentas necessárias para a recolha precisa de dados e a sua posterior análise, sem necessidade de trabalho de campo. O processo de recolha de dados será realizado pela CESAL, que será responsável pela recolha dos dados utilizando as ferramentas disponibilizadas pela empresa de consultoria. Estas ferramentas serão partilhadas com a equipa da CESAL responsável pela recolha de dados através de formação. Assim que o processo de recolha de dados estiver concluído, a CESAL entregará a informação à empresa de consultoria para que esta possa desenvolver o estudo de base.

A proposta técnica e metodológica deve contemplar a recolha de informação qualitativa e quantitativa com recurso a fontes primárias e secundárias, empregando técnicas participativas com atores-chave e informantes, o que facilita a compreensão do ponto de partida de cada uma das ações para a sua posterior monitorização e avaliação.

No mínimo, devem ser incluídos os seguintes itens:

- ✓ Objetivos de referência.
- ✓ Âmbito (temporal, geográfico, etc.).
- ✓ Tipologia e quantificação da população beneficiária estimada.
- ✓ Objetivos, resultados e indicadores formulados.
- ✓ Metodologia a utilizar. As seguintes considerações metodológicas devem ser tidas em conta para o planeamento e execução do Estudo de Base:
 - Definir o âmbito para desenvolver uma matriz consistente entre o quadro lógico e a Linha de Base do Projeto, o que permite corroborar os dados obtidos no diagnóstico.
 - Identificar as diferentes fontes de informação, tanto primárias como secundárias, que permitam o desenvolvimento de instrumentos e métodos participativos para a sua recolha, bem como a triangulação da informação para um maior rigor na recolha dos dados.
 - Fornecer informação atualizada sobre a área de intervenção do projeto, os seus principais intervenientes e a população beneficiária.
- ✓ Fragmenta-se os agentes participantes de acordo com a ferramenta. As seguintes técnicas de recolha de dados devem ser consideradas:
 - Análise documental: Permite identificar determinados factos relevantes para a investigação, nomeadamente o contexto legislativo, bem como dar continuidade ao trabalho anteriormente realizado sobre o tema.
 - Observação direta: Observação sistemática e planeada da realidade em que a ação será realizada. Segue um plano estruturado e requer um guião prévio que descreva os principais aspetos a observar, bem como o preenchimento de um registo de observação para sistematizar os resultados.
 - Entrevistas em profundidade. Através de uma série de entrevistas a informantes-chave. Na seleção das pessoas que irão fornecer informação, será mantida uma perspetiva pluralista e significativa, garantindo a inclusão de todos os pontos de vista.
 - Entrevista semiestruturada e aberta. Permite a recolha de dados quantitativos e qualitativos.
 - Processo de consulta: As conversas informais são utilizadas para complementar a

informação obtida através de entrevistas com informantes-chave ou observação direta. Para tal, é necessário identificar referências fidedignas que possam fornecer dados relevantes e fidedignos.

- Focus groups: Espaços para trabalho em grupo concentrado num grupo específico.

8. Principais atividades e conteúdo do relatório final

FASES	ATIVIDADES
Desenho metodológico da linha de base	O consultor necessitará de analisar toda a documentação do projeto, formulários e matriz do quadro lógico para compreender o impacto pretendido com as ações e resultados que serão implementados. O plano de trabalho proposto deve ser acordado com a equipa técnica do consórcio e deve ter em conta as características específicas de cada um dos informantes e intervenientes-chave, bem como do território. O projeto metodológico deve incluir métodos qualitativos e quantitativos no processo de recolha de informação. As ferramentas e os instrumentos de recolha de informação devem servir os interesses do projeto e o seu desenvolvimento deve considerar o perfil da população informante.
Definir a natureza dos dados para análises subsequentes, bem como a sua estrutura nas bases de dados.	É necessário realizar uma análise detalhada da matriz de indicadores e do plano de implementação do projeto. Durante a formulação do projeto foi considerada uma matriz de indicadores. Como resultado desta análise, será criado um quadro geral para tornar a medição do progresso do projeto mais eficaz e eficiente, e para apoiar a sua implementação técnica e administrativa. A empresa de consultoria deve apresentar uma matriz abrangente de indicadores para aprovação, tendo em conta a viabilidade do projeto em termos de atividades, resultados e impactos. Deve abordar aspetos-chave como as unidades de medida e a fonte de referência da informação.
Recolha de informações	De acordo com o plano de trabalho de projeto metodológico e considerando as particularidades dos principais informantes, o consultor procederá à recolha da informação.
Processamento e análise de informação	A sistematização da informação e a análise dos dados serão realizadas de forma clara e adaptadas à proposta analisada pela equipa técnica.

Relatório preliminar e discussão dos resultados com a equipa técnica do CESAL e parceiros locais.	A empresa de consultoria terá de elaborar um relatório preliminar que será validado pela equipa técnica do projeto.
Elaboração do Relatório-Linha de base final	Será apresentado um relatório que inclui um quadro de informação relativo ao projeto, à população-alvo e ao cenário inicial de cada grupo-alvo, de acordo com os indicadores acordados na matriz global de indicadores, com enfoque nas conclusões e recomendações quanto à sua efectiva aplicabilidade no contexto do projeto.
Projeto de um sistema de monitorização e avaliação	O sistema deve possuir um mecanismo de recolha de informação simples e eficaz, com instrumentos de pesquisa e meios de verificação e conformidade. Deve assegurar a viabilidade do projeto a três níveis principais: i) Atividades; ii) Resultados; iii) Impacto.

O relatório final de referência deve ter, no mínimo, a seguinte estrutura e conteúdo.

- ✓ Primeira página (inclui qualificação do projeto, ONGs, data final relatório, financiadores).
- ✓ Sumário executivo.
- ✓ Breve apresentação da equipa de trabalho.
- ✓ Descrição e objetivos do serviço de consultoria.
- ✓ Âmbito da consultoria.
- ✓ Plano de trabalho.
- ✓ Atividades realizadas e técnicas utilizadas na etapa de recolha de dados.
- ✓ Processamento e análise de informação.
- ✓ Condições que afetam o trabalho realizado.
- ✓ Resultados iniciais.
- ✓ Revisão da matriz de planeamento do projeto (objetivo e resultado) e da sua viabilidade (indicadores).
- ✓ A base de dados gerada para o desenvolvimento do estudo.
- ✓ Conclusões.
- ✓ Recomendações.
- ✓ Anexos. Para além da documentação gerada, a recolha de dados para a monitorização do Plano Diretor de Cooperação Valenciana e do plano de monitorização do projeto será incluída em anexos, de acordo com os formatos oficiais.

9. Funções do consultor

- ✓ Coordenar as ações de consultoria com a equipa de coordenação do projeto.
- ✓ Elabore um plano de trabalho para a execução da consultoria;

- ✓ Desenhe as ferramentas para a recolha de informação de acordo com o perfil dos agentes.
- ✓ Trabalho de campo.
- ✓ Participar nas reuniões necessárias à coordenação da consultoria com a equipa de coordenação.
- ✓ Proponha uma estratégia de apoio, monitorização e avaliação para acompanhar as ações.
- ✓ Elabore um relatório final de referência com os resultados da consultoria. recomendações correspondentes

10. Produtos

Não .	PRODUTOS	PRAZOS
1	Plano de trabalho detalhado para a execução da consultoria, indicando a estratégia de trabalho, a metodologia e os indicadores propostos, incluindo um cronograma a seguir.	1ª semana
2	Recolha, processamento e sistematização de dados de fontes primárias e secundárias. Os dados são depois compilados num documento partilhado com a equipa técnica.	2ª, 3ª, 4ª semana
3	Consolidação da informação processada e preparação da versão preliminar ou do rascunho do estudo.	6ª semana
4	Consolidação do documento final e apresentação do primer borrador à equipa de coordenação do projeto para devidas avaliações	7ª semana
5	Entrega dos produtos finais completos.	8ª semana

11. Equipa de coordenação

A coordenação será realizada com a equipa técnica da CESAL Moçambique. É necessário estabelecer um mecanismo de comunicação fluído entre a equipa técnica e a empresa consultora.

A comunicação direta entre a equipa técnica e o consultor, que será feita através do gestor de projeto, não exclui reuniões gerais com toda a equipa técnica do projeto a nível local e via telemática com a equipa da CESAL em Espanha.

Da mesma forma, as diferentes atividades de recolha de informação junto dos beneficiários e das principais partes interessadas do projeto serão coordenadas com a equipa técnica do CESAL e o parceiro local SDAE.

12. Plano de trabalho

ATIVIDADES	SEMANAS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Revisão de informação	x	x						
Desenho metodológico da linha de base	x	x						
Revisão e aprovação do projeto metodológico de base.		x						
Definir a natureza dos dados para análise subsequente.		x						
Definição dos instrumentos de recolha de dados e validação dos instrumentos.		x	x					
Recolha de dados, trabalho de campo			x	x				
Processamento de dados			x	x				
Análise de informação					x			
Relatório preliminar e discussão dos resultados com a equipa técnica.						x		
Conclusões e recomendações							x	
Relatório final							x	x

13. Prazos de entrega, orçamentos e informações a submeter.

A equipa de consultoria deverá submeter a sua proposta técnica e económica até ao dia 20 de agosto de 2026, para o seguinte endereço de correio eletrónico: tdrmozambique@cesal.org.

Os pedidos de informação só serão aceites por escrito, no máximo três dias antes do termo final para a apresentação de propostas, para o mesmo endereço de correio eletrónico acima indicado, dirigidos a Verónica Romero, Gestora de Projetos. Para se candidatar, as empresas deverão submeter a seguinte informação:

- ✓ A proposta económica detalhada.
- ✓ Metodologia e cronograma de trabalho propostos.
- ✓ Composição da equipa de consultores.
- ✓ Currículo dos membros da equipa de consultoria.
- ✓ Relação entre experiências passadas em avaliação de projetos e linhas de base.

O montante da proposta económica tem um orçamento máximo fechado de duzentos mil trezentos e trinta e um meticais (200.0310,00 MZN).

14. Requisitos da equipa de consultoria

- Licenciado em ciências sociais, educação e humanidades.
- Experiência comprovada em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.
- Experiência em Avaliação de Projetos. É essencial que a equipa de consultoria proposta ou o consultor individual tenha realizado pelo menos cinco avaliações de projetos similares, incluindo avaliações a meio termo, finais ou de impacto (pelo menos cinco estudos concluídos, dos quais três devem estar relacionados com o país de intervenção e/ou com o setor de atividade). No caso das equipas, este requisito é apenas obrigatório para o consultor principal. Experiência comprovada no desenvolvimento de estudos de base. É essencial que o consultor tenha realizado pelo menos cinco estudos de base.
- Experiência no desenvolvimento de projetos e processos de investigação relacionados com o tema do projeto, e pelo menos um membro da equipa de consultoria ou o consultor deve demonstrar formação específica em metodologias e aplicação de técnicas de investigação social.
- Experiência em trabalhar com jovens que procuram o seu primeiro emprego ou formação profissional.
- Experiência de trabalho com atores locais, autarquias, instituições públicas e privadas em projetos relacionados com a formação profissional e o emprego.

15. Critérios de avaliação das propostas submetidas

As propostas submetidas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios e pontuação:

Os critérios para a avaliação da qualidade da proposta serão os seguintes:

- Perfil do consultor
- Proposta metodológica

A pontuação final será de até 100 pontos. Para obter a pontuação final, será atribuído um valor a cada um dos subcritérios, de acordo com o limite estabelecido para o efeito na tabela. Estes valores serão somados e será obtido o valor para cada critério. A soma dos dois critérios resultará na pontuação final.

Perfil do consultor	50
Licenciado em ciências sociais, educação e humanidades.	5
Experiência comprovada em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.	5
Experiência em Avaliação de Projetos. É essencial que a equipa de consultoria proposta ou o consultor individual tenha realizado pelo menos 5 avaliações de projetos similares, incluindo avaliações a meio termo, finais ou de impacto (pelo menos 5 estudos, dos quais 3 devem estar relacionados com o país de intervenção e/ou com o setor de atividade). No caso das equipas, este requisito é apenas obrigatório para o consultor principal.	10
Experiência comprovada no desenvolvimento de estudos de base. É essencial que o consultor tenha concluído pelo menos 5 estudos de base.	10
Experiência no desenvolvimento de projetos e processos de investigação relacionados com o tema do projeto, e pelo menos um membro da equipa de consultoria ou o consultor deve demonstrar formação específica em metodologias e aplicação de técnicas de investigação social.	5
Experiência em trabalhar com jovens que procuram o seu primeiro emprego ou formação profissional.	5
Experiência de trabalho com atores locais, autarquias, instituições públicas e privadas em projetos relacionados com a formação profissional e o emprego.	10
Total	50
Proposta Metodológica	50
Avaliação da proposta quanto à sua conformidade com as orientações do Governo Valenciano.	10
Metodologia:	
1. Adaptação da proposta técnica aos Cadernos de Encargos.	10
2. Adaptação da metodologia ao contexto da intervenção.	10
3. Especificação e adaptação de ferramentas de recolha de informação.	10
4. Detalhes da proposta para apresentação da informação sobre os resultados.	10

	10
Total	50

Como a proposta financeira se refere a um orçamento fixo, não será considerada na avaliação. Qualquer proposta financeira que exceda o orçamento especificado na secção 14 será automaticamente descartada sem ser avaliada.

16. Pressupostos básicos e utilização da informação

O estudo de base envolve uma análise rigorosa com recurso a uma ferramenta desenvolvida pela Agência Valenciana de Cooperação. Esta ferramenta permite à equipa de consultores o acesso a informação privada, testemunhos e declarações da população e das partes interessadas envolvidas na intervenção. Por conseguinte, a equipa de consultores deve respeitar os princípios básicos de conduta ética e profissional e, pelo menos durante o período de trabalho de campo, garantir a dedicação exclusiva ao projeto, tendo em conta os seguintes aspetos:

- ✓ Anonimato e confidencialidade. A base de referência deve respeitar o direito dos indivíduos a fornecer informações, garantindo, ao mesmo tempo, o seu anonimato e confidencialidade.
- ✓ Responsabilidade. Qualquer desacordo ou divergência de opinião que possa surgir entre os membros da equipa ou entre os membros da equipa e os gestores de projeto relativamente às conclusões e/ou recomendações deve ser mencionado no relatório. Qualquer afirmação deve ser fundamentada pela equipa, ou a equipa deve registar qualquer discordância com a mesma.
- ✓ Integridade. A equipa de consultoria terá a responsabilidade de trazer à luz questões não especificamente mencionadas nas Especificações Técnicas, se necessário para obter uma análise mais completa da intervenção.
- ✓ Independência. A equipa de consultoria deve garantir a sua independência em relação à intervenção analisada, não estando vinculada à sua gestão ou a qualquer elemento que a componha.
- ✓ Incidentes. Caso surja algum problema durante o trabalho de campo ou em qualquer outra fase do estudo de base, este deverá ser comunicado de imediato à CESAL. A omissão desta comunicação não permitirá, em caso algum, o não alcance dos resultados estabelecidos pela CESAL nos presentes Cadernos de Encargos.
- ✓ Validação da informação. É da responsabilidade da equipa de consultoria garantir a exatidão da informação recolhida para a elaboração dos relatórios, sendo esta, em última instância, responsável pela informação apresentada no Relatório de Linha de

Base.

- ✓ Relatórios de referência. A divulgação da informação recolhida e do Relatório de Referência final é uma prerrogativa do CESAL e do Governo Valenciano. O órgão de governação responsável pela cooperação para o desenvolvimento no âmbito do Governo Valenciano poderá utilizar o conteúdo destes relatórios para realizar estudos de meta-avaliação ou para efeitos de avaliação dos seus planos estratégicos e de prestação de contas.

Anexo 1: Formato para credenciar a experiência solicitada a uma equipa de consultores ou a um consultor individual.

Anexo I - Requisitos de acordo com o TDR	Experiência comprovada da equipa ou do consultor independente.
Educação universitária.	
Experiência credenciado em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.	
Experiência em Avaliação de Projetos. É essencial que a equipa de consultoria proposta ou o consultor individual tenha realizado pelo menos 5 avaliações de projetos com características semelhantes, sejam elas intermédias, finais ou baseadas no impacto (pelo menos 5 estudos, dos quais 3 devem estar relacionados com o projeto em questão, país de intervenção e/ou no setor de operação).	
Experiência comprovada no desenvolvimento de estudos de base. É essencial que o consultor tenha concluído pelo menos 5 estudos de base.	
Experiência no desenvolvimento de projetos e processos de investigação relacionados com o tema do projeto, e pelo menos um membro da equipa de consultoria ou o consultor deve demonstrar formação específica em metodologias e aplicação de técnicas de investigação social.	
Experiência em trabalhar com jovens que procuram o seu primeiro emprego ou formação profissional.	
Experiência de trabalho com atores locais, autarquias, instituições públicas e privadas em projetos relacionados com a formação profissional e o emprego.	

